

JOÃO PENHA

VIAGEM POR TERRA

AO

PAIZ DOS SONHOS

COM UM PREFACIO E NOTAS



PORTO
LIVRARIA CHARDRON

De Lello & Irmão, editores

1898

Todos os direitos reservados.

Homenagem a João Penha

(No centenário da sua obra *Viagem por Terra ao País dos Sonhos*)
1898/1998

Maria do Rosário Girão Ribeiro dos Santos



João Penha, quando estudante em Coimbra.

Seguindo uma taxinomia altamente incipiente, quiçá carecendo de sólida fundamentação, poder-se-á classificar, numa etapa inicial, os artistas em três categorias: a primeira englobando os poetas (neste caso específico...) que, conhecedores desse mito que é a notoriedade, dela desfrutaram num pós-morte de glória; a segunda abarcando os vates que, tendo passado ignotos ao longo da vida, foram em termos definitivos exumados para a imortalidade; a terceira agrupando os bardos que, venerados recorrentemente durante o seu percurso vivencial, cedo foram olvidados e logo inseridos no 'arquivo morto', fonte inesgotável de volúpias reiteradas para bibliófilos inveterados. Prosseguindo nesta catalogação primária, e transitando para uma fase segunda, poetas há que consagraram a sua existência a coligir narcisicamente (memórias, jornais íntimos, confissões...), de modo

intermitente ou linear, farrapos biográficos destinados a perdurar, como testemunho vivo e redivivo, nas gerações vindouras, convencionalmente designadas por posteridade; outros houve, em contrapartida, que de tal modo se empenharam em delir quaisquer résteas autobiográficas que a sua biografia sumária apenas se torna perceptível através da sua necrologia. É este, sem dúvida alguma, o caso do Dr. João Penha, apesar das profecias, em sentido inverso, anunciadas por alguns dos seus contemporâneos. "(...) João Penha é um dos raros poetas do nosso tempo que hão-de ficar na história da nossa literatura. (...)". Quão errado estava, em 1902, Cristóvão Aires!

A 4 (quatro) de Fevereiro de 1919, o jornal bracarense **Ecoss do Minho** publicava, na primeira página, a seguinte notícia fúnebre: "O Bacharel João d'Oliveira Penha Fortuna (da Academia de Ciências) faleceu confortado com os Sacramentos da Igreja. Seu filho e irmãs rogam às pessoas das suas relações e amizade, e bem assim às do saudoso finado, o distinto obséquo de assistirem ao seu funeral, o qual tem saimento de sua casa às 4 e meia de hoje. (...)".² E, na terceira página, passava a detalhar o registo do óbito anunciado: "Depois de uma prolongada enfermidade, faleceu ontem, na sua casa da Praça Conde d'Agrolongo, o eminente poeta e grande jurisconsulto Sr. Dr. João d'Oliveira Penha Fortuna. (...) era filho do tabelião Sr. José Joaquim Penha Fortuna e da Sr.^a D. Maria José Amália d'Oliveira Penha Fortuna, e nasceu em Braga a 29 de Abril de 1839. (...) O funeral do saudoso finado realiza-se hoje, às 4h 30m da tarde, e a Câmara Municipal, que promove o funeral, convida o povo desta cidade a incorporar-se no préstito fúnebre, que sairá da casa do extinto. Às irmãs e demais família do ilustre morto apresentamos a sentida expressão do nosso pesar."³

Com data de 6 (seis) de Fevereiro de 1919, o **Comércio do Minho**, bi-semanal "decano dos jornais de Braga" (saía às quintas e aos domingos), não deixava, igualmente, de publicitar, em diferido, o passamento e enterro do advogado bracarense: "Faleceu segunda-feira na sua casa do Campo da Vinha o distinto poeta e advogado Dr. João d'Oliveira Penha Fortuna. (...) O funeral do ilustre extinto realizou-se terça-feira de tarde, assistindo grande número de pessoas de distinção. Sentimos profundamente a morte do talentoso poeta e jurisconsulto, que era uma glória autêntica de Braga. Às

Ex.más irmãs e demais família apresentamos respeitosa pêsames.”⁴ No que respeita às cerimónias fúnebres propriamente ditas, elas são-nos sobejamente descritas em artigo intitulado “A sua vida – O seu funeral” e publicado no jornal *Ecoss do Minho*: “Como ontem noticiámos, faleceu o notável bracarense, poeta e jurisconsulto tão conhecido como estimado em todo o país. (...) Braga justamente se orgulhava de o ter como um dos seus filhos peregrinos. (...) Deixa saudades entre os seus admiradores e grande número de clientes. (...) Numa tarde triste e chuvosa, o cadáver do poeta, no seu ataúde, foi conduzido ao cemitério seguido de amigos e admiradores. Foi uma manifestação de grande significação e de viva saudade. (...) O cadáver ia numa rica urna coberta de veludo preto e num carro tirado por duas parelhas. Dez trens conduziam vários cavaleiros. O Rev. Padre José do Egypto Vieira presidiu aos resposos coadjuvado por cinco sacerdotes na capela do cemitério. (...) Dirigiu o funeral o Sr. Dr. Carlos Braga, amigo dedicado do saudoso extinto.”⁵ Para entrar na posse de uns tantos pormenores que os jornais não rezam, é mister consultar o *Livro de Emolumentos*, relativo ao ano de 1919, do Cemitério de Braga, o qual nos informa que o Dr. João Penha, natural da freguesia de S. João do Souto, faleceu, na sua casa do Campo Conde d’Agrolongo, à uma hora da manhã do dia 3 de Fevereiro, foi depositado em caixão de chumbo e sepultado, em funeral custeado pela Câmara, na 7.ª Secção do Jazigo 54, onde, bizarramente, não existe, hoje, qualquer lápide evocativa da infeliz efeméride (a ter existido, porventura, em tempos idos, ter-se-á, com toda a certeza, perdido na bruma dos tempos).

Porém, nem todos os periódicos da que foi, outrora, *Bracara Augusta* participaram o necrológio do “saudoso finado” ou “ilustre morto”. Se não nos espantamos com o facto de o *Diário de Notícias*⁶ ser, a tal respeito, omisso (de salientar, contudo, que o diário em pauta noticia o funeral do Visconde de Castilho e o falecimento do Dr. Adolfo Coelho), já indiferentes não podemos ficar quanto ao silêncio de *A Opinião*, hebdomadário bracarense cujo redactor-proprietário era Baptista Ribeiro. Com efeito, no dia 9 (nove) de Fevereiro de 1919, ou seja, cinco dias após o enterro do eminente jurisconsulto, a mencionada publicação periódica semanal informa que foram vacinadas no comissariado de polícia dezasseis crianças, dá instruções práticas aos possuidores de gado atacado de febre aftosa no distrito de Braga e comunica, em rubrica de nome “Carteira elegante”, quem regressou de Lisboa, quem

celebrou o seu aniversário, quem tem passado incomodado de saúde e quem se encontra quase restabelecido ⁷. No número seguinte, datado de 16 (dezasseis) de Fevereiro, avisa os seus leitores que faleceu “há dias, na rua de Santa Margarida, uma tia do Sr. Daniel Rodolfo Gomes Braga, digno tenente de infantaria ⁸ e nosso prezado subscritor.” ⁸ No tocante à morte do Dr. João Penha, e se bem atentámos no conteúdo dos números consultados, o jornal **A Opinião** parece não ter opinião ou, pelo menos, não emitir qualquer informação opinativa.

Opiniões valorativas, no entanto, é que não nos faltam, fornecidas à saciedade por determinados periódicos locais, que, em gesto improcrastinável, peroram normativamente sobre o quotidiano do causídico e divagam, ontologica e axiologicamente, sobre certas idiossincrasias suas. Quedemo-nos, pois, nalgumas passagens, respigadas aqui e ali, mas não de todo improficuas, do obituário percorrido. “(João Penha) Formou-se em Direito, na Universidade de Coimbra, em 1873 (...) Em Braga redigiu a **República das Letras**, em 1875, que se imprimiu no Porto, e de que apenas saíram três fascículos. (...) João Penha foi uma figura de grande destaque em Coimbra pelo seu grande talento e pelas suas excentricidades. Em Braga, já advogado, ninguém o via senão no seu escritório onde trabalhava com seu irmão Dr. Manuel Penha Fortuna, que era também advogado distinto, e que fora deputado por este círculo. Só saía à noite, vestindo-se como se fosse para uma *soirée*. Parava aqui e além, à porta de algum estabelecimento conhecido, onde atrás de uma porta, envergonhadamente, bebia o seu *copinho*. Depois seguia o seu caminho, sempre sem destino, e só entrava em casa com os primeiros clarões da madrugada.” ⁹ Passemos, de seguida, para o número do dia seguinte do jornal citado, a fim de sermos, eventualmente, dilucidados sobre o desfecho deste relato encetado e inacabado: “E aqui (Braga) assentou a sua vida de trabalho durante cerca de quarenta anos. O seu culto pela família, a quem dedicou o melhor dos seus cuidados, tornou-o um grande exemplo aos olhos dos seus concidadãos. João Penha (...) veio para Braga, e aqui, vivia para o lar, para os seus livros. Cedo, quando mal o sol mostrava os seus raios, ele aí aparecia vestido sempre com elegância e aprumo, rosa na lapela, percorrendo as ruas e praças. O seu passeio usual era mais para a Praça Municipal, e daí, seguia para o seu escritório, trabalhando e estudando. (...) Assim viveu longo tempo, trabalhando, e se não fosse, como era, generoso e desinteres-

sado, teria deixado uma fortuna aos seus (...) Era por isso justamente considerado e geralmente estimado. (...)”¹⁰. Para finalizar esta ‘digressão turística’, atentemos com denodo na breve recensão crítica, sobre a obra de um dos “filhos peregrinos” de Braga, superficialmente exarada no **Comércio do Minho**: “(...) Quando estudante em Coimbra, dirigiu ali o periódico literário **A Folha**, em que colaboraram os mais distintos académicos desse tempo. Em 1875 redigiu em Braga a **República das Letras**, de que apenas saíram três números. Publicou mais tarde um volume de **Rimas**, apreciadíssimo pelos entendidos na arte do soneto, em que João Penha era eminente. Publicou ainda os livros **Ecos do Passado**, **Viagem por terra ao país dos sonhos**, **Por montes e vales** e **Novas Rimas**. Como causídico era também conceituadíssimo, sendo as suas minutas um primor. Em várias publicações literárias ficam dispersas algumas poesias suas, todas de muito merecimento e originalidade.”¹¹ Foi este, em traços genéricos¹², o quirielêison entoado por bracarenses articulistas anónimos que, pseudo-necrolatas e pouco necrolatas, introduziram, decerto involuntariamente, na filigrana retórica do discurso epidíctico, uma intenção algo capciosa ou falaciosa, escamoteada pelo pesar expresso, pela superlativação exagerada, pela exacerbação do campo lexical da fama e pela proliferação de quantificadores nominais. Assim sendo, o leitor de 1919, qualquer leitor sensato e comum, que, nessa tarde de terça-feira chuvosa e triste, se encontrasse placida e confortavelmente na Brasileira do Souto ou no Viana das Arcadas a passar os olhos pelas notícias do dia, seria tentado a pintar o retrato do falecido com tintas algo dúbias e cores anfibológicas, transmutando-o na viva encarnação minhota do Dr. Jekyll e Mr. Hyde, encarada em termos de João Fortuna/João desafortunado. Por um lado, o “ilustre bacharel” ‘montava’, de dia, ‘quartel-general’ no seu escritório, onde trabalhava incessantemente e redigia minutas primorosas; por outra banda, e caída a noite, o bacharel noctívago vagueava ao acaso e bebericava, acanhado, um “copinho”, regressando a casa ou dela saindo (o horário afigura-se-nos pouco compreensível...) aos primeiros clarões da madrugada ou quando o sol começava a raiar; por um lado, era generoso e desinteressado, qualidades altamente louváveis; por outro, era tido como esbanjador de fortuna pessoal e prevaricador financeiro da família; por um lado, fora, em Coimbra, poeta de grande destaque; por outro, aí se destacara, em grande escala, pelas suas excentricidades, nome dado, hodiernamente, às indefiníveis ‘tropelias’ subjacentes à academia estudantil; por um lado, era, em Braga,

justamente considerado e por todos apreciado; por outro, era, no mesmo local, geralmente estimado, ou seja, não devidamente estimado ou pouco afeiçoado de alguns; por um lado, havia sido redactor da **República das Letras**; por outro, do periódico em causa tinham vindo a lume apenas três números, impressos, além do mais, na *Cidade Invicta*. Entre uma virtude e um defeito (o qual, na trama textual, se desenha como uma qualidade menor...), entre um louvor e um óbice laudatório, a "autêntica glória de Braga" perfila-se ambigualmente como valor singular, assumido na sua originalidade e subsequente diferença, algo hiperbolizadas pelo provincianismo reinante. A corroborar este horizonte de mentalidades conducente à sempre actual antinomia capital-província, vem breve extracto de carta inédita endereçada por Antero de Figueiredo a João Penha e datada de (Lisboa) 25 de Abril de 1897: "Acabo de ler o seu artigo a meu respeito no n.º 6 dos **Novos e Velhos** e estou agradecidíssimo por tanto favor e gentileza. Vou mandar este número ao Cândido de Figueiredo que o transcreverá no **Repórter**, pois, por mais que seja a venda dos **Novos e Velhos**, não me agrada que um artigo seu fique, para aí, num jornal de província. (...)"¹³. Neste contexto específico, convém insistir não só no distanciamento do homem de leis no tocante às arenas de renome e às vãs ovações, como também no seu retraimento em recanto de província, que apenas abandonava "para respirar o perfume acre dos pinheiros minhotos, ou para estirar a vista pela amplidão inspiradora das ondas irrequietas, cortadas pelas canoas dos poveiros."¹⁴

Ao examinar a monumental correspondência ainda – *hélas!* – não dada ao prelo, conseguimos gradualmente entrever esses quarenta anos de rotina decorridos em Braga, oscilando entre resquícios de uma vida de pequeno burguês e indícios sintomáticos de uma 'miséria envergonhada', morigerada por uma inabalável robustez física e minorada pelas solicitações/ofertas de ordem vária que, no dia a dia, arribavam ao Campo da Vinha: "(...) Por este correio receberá cem folhas de excelente papel e correspondentes envelopes. Remeto-lhe, porque tenho-o obrigado a escrever tantas cartas que receio esgotar-lhe a reserva que dele tenha. Demais, como sei que gosta de bom papel (...)"¹⁵. Nesta sequência, e mercê de dois extractos de missivas endereçadas ao poeta-advogado por Antero de Figueiredo, ficamos a par da boa saúde (não obstante determinadas contingências...) de que usufruía o Dr. João Penha:

“Venho saber da sua saúde que decerto é ótima porque o meu amigo é incapaz de estar doente. É são como um pêro.”¹⁶

“(…) Que do tal trambolhão não exista nenhum sinal no seu corpo (…)”¹⁷.

Continuando a violar esse campo santo ou espólio virgem, adormecido no Arquivo Distrital de Braga, deparamos recorrentemente com a questão sacrossanta dos editores (alvos predilectos de requisitórios contínuos), que pagam mal e até não pagam, reenviando a um mercado livreiro finissecular que não é propriamente plétórico e a um fim de século que, como tudo indica, não prima pelo culto barthiano do “prazer do texto”.

“A respeito de editores, quando eu estiver em Lisboa, pode ser que arranje alguma coisa, o que, aliás, não é fácil, porque o negócio de livros está péssimo e eles – os editores – são, por via de regra, uns patifes (…)”¹⁸.

“Estes editores são uma corja!”¹⁹

“Se o Lello & Irmão der 150\$000 não deve hesitar. (...) Isto está tudo pela hora da morte! Poucos lêem e raríssimos compram. Uma miséria! (...)”²⁰.

Levando por diante a violação perpetrada, não difícil se torna penetrar no ‘segredo dos deuses’: afinal, o jurisconsulto minhoto não só era frequentemente requestado no seu estatuto de causídico, como também na sua qualidade de poeta, de escritor e de ‘sumo’ revisor dos escritos alheios.

“Recorro ao seu saber de causídico. Responda-me a isto, o mais cedo que possa sim? Uma mulher portuguesa deseja anular o casamento (…)”²¹.

“Pedem-me com instância quatro linhas suas, prosa ou verso, o que quiser, para o número que em Famalicão vai sair a lume em comemoração do centenário de Michelet (…)”²².

“Muito e muito obrigado pela sua revisão e pelos reparos que na sua carta me faz. Tem razão: – aqueles guardanapos não podem ser de linho grosso. Emendei assim: *guardanapos de linho adamascado*. (...)”²³.

Tão preeminente se vai tornando esta figura carismática que Teixeira de Queirós se não inibe de lhe pedir o consentimento para apresentar a sua candidatura a sócio da Academia Real de Ciências: “Teria muito prazer, se tu nisso consentisses, em apresentar a tua candidatura a sócio da Academia Real de Ciências (...)”²⁴.

Quer através das exegeses sobre a sua obra publicadas em várias revistas e periódicos nacionais, quer através dos livros que, num gesto desinteressado, ia ofertando aos amigos, os quais, homens de letras e críticos literários, logo se apressavam a comentá-los publicamente, o Dr. João Penha não tardaria a ser considerado vulto de irretribuível valia, inegável fé escrevente e reconhecido mérito artístico.

“O escalavrado capitão de milícias agradece ao seu amigo João Penha o mimo do seu livrinho.”²⁵

“Beijo-lhe as mãos pela sua preciosa oferta. (...) Nada perdeu com a edição da *Viagem* o iluminado técnico das *Rimas* (...) é um livro de mestre. O mal está, justamente, em que nenhum dos motivos merece a execução e os cuidados de um tão precioso técnico.”²⁶

“Acabo de receber o seu novo livro (...) vou lê-lo, vou dar-me todo o meu tempo disponível e depois lhe contarei as minhas impressões como admirador que sou.”²⁷

“(...) Tenho dois inéditos seus e gostaria de ter dois mil. (...)”²⁸.

Contudo, ao saborear as suas missivas, não raro em estilo telegráfico e em ritmo espaçado, a impressão que guardamos na retentiva é a de um homem de sobremaneira preocupado ou com questões literárias ou com a saúde dos amigos, mascarando a fatalidade da existência sob o véu da facécia, da pilhéria, do humor ou da ironia, e deixando transparecer, fora do livro ou do jornal, uma voz solitária, melancólica, algo misantrópica e um tanto ou quanto trágica, qual eco de um exílio ou desterro forçados mercê de circunstâncias sigilosas diversas.

“Agradeço-lhe muito vivamente (...) o prazer que me deu com a sua bela carta.

Estas mensageiras da sua graça tão peculiar e tão característica chegam-me tão raras vezes, que as saboreio sempre em repetidas leituras. (...)”²⁹.

“O artigo que eu destinava à *Revista Ilustrada* era acerca de ortografia (...)”³⁰.

“(...) O Conde de Valenças está muito mal com diabetes. (...)”³¹.

“O título é por enquanto provisório – *Vinhetas e Aguarelas*. Parece-me um pouco rococó.”³²

“Autêntica glória de Braga” ou, melhor e bem dizendo, genuína glória nacional, o Dr. João Penha, bipartido entre o século XX (urge frisar que assistiu à queda do regime monárquico, à implantação da República, à Primeira Grande Guerra Mundial e à restauração, conquanto efémera, da Monarquia) e o século XIX, cedo reivindicou os seus direitos de homem oitocentista, de poeta de Oitocentos e de cultor supremo de um século que, à imagem e semelhança da sua aura finissecular, e numa curiosa simbiose bio-literária, havia conquistado foros de verdadeiro mito.

“Século Dezanove

A ti invoco: escuta-me do Além!

Quando eu nasci, já ias tu em meio,

Quando morreste, morri eu também!

A ti alongo, ó século romântico,

Meu olhar triste, de saudades cheio!

A ti dedico o derradeiro cântico!”³³

Este “olhar triste, de saudades cheio” é o mesmo, aliás, que o aburguesado morador do Campo da Vinha lançava, da capital minhota, ao tempo mítico da sua juventude, ao momento áureo da sua boémia anti-burguesa, ao halo divino da sua inspiração poiética e a Coimbra, cidade, como ele próprio a define, “mais poética do mundo”³⁴: “(...) Mais tarde, o meu viver mudou de aspecto, porque tinha, como um burguês qualquer, de lutar pela vida. O burguês e essa luta não destruíram o artista, nem o podiam destruir porque, por temperamento, e por educação, que a mim mesmo dei, o fui sempre, quase desde a infância. Tive, pois, de dividir a minha actividade intelectual,

mas poucas eram as horas que podia roubar ao labor profano para me entregar à divina arte do verso, labor este que, bem diferente daquele, é para mim um passatempo, um prazer, uma consolação. (...)”³⁵. Afinal, num dos seus raros escritos autobiográficos denominado “A Orgia”, o poeta-advogado, depois de revisitar a tendência caracteriológica de Simões Dias (autor das *Peninsulares*) para as coisas graves e sensatas, o bom humor e a capacidade de imitação de Z. Bruno e o sável delicioso servido pela celeberrima tia Maria – “o sável desta benfeitora da humanidade é tão delicado, tão subtil e delicioso que não ocupa o mínimo espaço” –, confessa a sua intenção de publicar uma obra (então em preparação) intitulada *Memórias de um estudante de Coimbra*, súmula de casos diversivos e recreativos que, embora se afigurem fantásticos, o não são³⁶. E é, na verdade, ao poeta por excelência de Coimbra, muito embora enriquecido com as formas tradicionais, colhidas em Braga, de um dizer lusitano isento de barbarismos, que *A Crónica* (“Revista Literária Lisbonense”) rende preito nacional, ao inserir nos seus dois números subsumidos (N.ºs 63 e 64 de Abril de 1902) artigos diversos e variegadas composições poéticas de nomes sonantes de então, numa ordem de sorteio tão rigorosamente observada que o próprio João Penha, por acasos da sorte, ficou em último lugar: “Teve a sorte razão (...) pelo papel que, com surpresa, me querem fazer representar, é esse o lugar que me compete: nas procissões, o bispo, mitrado, vai no couce; na frente os seus risinhos turbulários.”³⁷ De salientar, nesta revista ilustrada, o artigo de Cândido de Figueiredo lembrando “o grave cenáculo, de que era anfitrião o João Penha, no seu quarto escolar da rua da Couraça”³⁸; o texto do Conde de Valenças, onde é transcrito um fado inédito (da provável autoria do poeta nascido em Braga) do tempo em que o autor das *Rimas* e seus acólitos fiéis bandurreavam pela *Lusa Atenas*: “(...) Lavai com graça essas mágoas!/Olhai na ponte o João Penha:/Que bonito se desenha/Lá no azul das frescas águas! (...)”³⁹; a homenagem de Bernardino Machado, na qual o futuro Presidente da República preconiza que “com os seus talentos e a sua cultura, ele personificava um verdadeiro ensino universitário”⁴⁰; as breves ‘deixas’ remetidas de Paris por Xavier de Carvalho, definindo os seus versos como “portugueses de lei”, pois tratam “do paio de Lamego, da excelente pinga das tascas coimbrãs, das roliças coxas das raparigas, e tudo numa medida parnasiana que ainda mais faz ressaltar aos ouvidos do burguês estarecido a brejeirice sugestiva (...)”⁴¹;

as trovas encomiásticas de René Ghil – “(...) Pour qu’à Penha soit la louange entière, ainsi.”⁴²; a rápida notação crítica de Antonio Padula, para o qual “il Penha viene pure considerato come il creatore della forma del sonetto, di cui conosce tutti gli spedienti”⁴³ e, por fim, o testemunho de Zulmira de Mello, concernente à publicação do conto *Sylvia*: “(...) E foi daí, desse conto de fadas, que me veio o desejo de o ver, de o conhecer, de ler as suas obras. Dizer como depois, muito mais tarde, e ao cabo de mil peripécias de romance, se efectuou esse conhecimento não vem para aqui. (...)”⁴⁴. Também “não vem para aqui”, mas, já agora, registre-se, o poema inédito (com a menção “Particular”) dedicado pelo Dr. João Penha a D. Zulmira de Mello, e cujo ineditismo privado não hesitamos, ousadamente, romper:

“Todo aquele que disser
 Que Zulmira, a minha amante,
 Não é formosa, elegante,
 Uma divina mulher,
 E do seu amor duvide,
Anathema sit.
 E se disser que João Penha
 Não a adora, ama, estremece,
 Como ela, esse anjo, merece,
Anathema sit.”⁴⁵.

O certo é que, in illo tempore e num espaço outro, João Penha confundia-se, de facto, com um ímpio sacerdote da Couraça de Lisboa, pontificando à noite num templo das Olarias (desde a jurisprudência e a teologia até à divina arte de poetar aprofundada aos arcanos...) e não se coibindo de identificar o seu eu de outras eras à essência dessas plantas espinhosas, cultivadas, em solo lusitano, para fins ornamentais: “Tenho uma certa inclinação pelos cactos, não porque, pelas suas formas, sejam encantadores, mas porque tudo me leva a crer, no meu largo período de vida negativa, além da begónia (...), fui também cacto, porque, como os cactos, tenho, quase cão hidrófobo, horror à água.”⁴⁶

Do mesmo modo, e longe de se inebriar com a ambrósia e o néctar sagrados do Olimpo, ia-se satisfazendo com o ‘vinhito’agridoce do **Homem do Gás** e

com o succulento peixe da **Tia Camela** (senhora devota que acreditava na existência de um coro celeste de onze mil virgens, entre as quais anelava ter lugar...), cujo falecimento, em carta inédita e sem data, Gonçalves Crespo não deixou de lhe lembrar: “A tia Maria está agora no sétimo coro das virgens. O epitáfio do Homem do Gás anda na memória de todos. Não deixes, ó homem justo, no esquecimento a tia Maria!(...)”⁴⁷. A palavra corria-lhe fluente, fluida como a água que detestava, mas assassina na sua função cáustica e dimensão galhofeira de despique. São célebres, escritas na parede da taberna referida, as quadras iconoclastas com que desafiou o inconformista Guerra Junqueiro: “Junqueiro que vens de junco/Tu, que és pássaro bisnau/ Não abres o bico adunco?/Pois não me sentiste o pau?” É que, para este “Nervoso mestre, domador valente/Da Rima e do Soneto português”⁴⁸, a vida não deixava de sobrelevar as tendências realistas e humanitárias que haviam invadido, sob a égide da “grande ideia” de Antero, a poesia, neste caso a poesia junqueiriana: “No Pindo sonoro, ao som da viola,/Feliz cantavas, inda há pouco, a vida:/O vinho, as rosas, todo o amor, e a lida/Em procura dum sonho: uma espanhola.// De súbito morreste. Abriste escola/De coisas graves na mansão florida. (...)”⁴⁹.

De facto, no período que medeia entre 1868 e 1878, decénio no qual João Penha surge, qual meteoro, sob as luzes da ribalta, as letras portuguesas encontravam-se espartilhadas por duas tendências opostas, a “musa velha” – romantismo – e a “ideia nova” – realismo, na terminologia sempre perspicaz de Guilherme de Azevedo: “(...) Diga-se entretanto que se alguém em Portugal foi culpado da indisposição entre as duas musas, deve atribuir-se tal culpa a vários sujeitos (...) foram eles que, arvorando-se em procuradores da musa velha, começaram a dividir o mundo a seu belo prazer, ficando à sua parte com as campinas, com a inocência, com a lua, com as estrelas, com a paz do lar, com as mulheres bonitas, e deixando apenas aos da ideia nova os sapatos velhos, os talos de couve, um ou outro astro mais esquisito, uma constelação em mau uso, e enfim, para os contentar, uma mulher arruinada, de quando em quando. (...)”⁵⁰. Sendo assim, e publicadas as **Aparições**, onde repassam idealizados vultos femininos, designados por arcanjos, a pairar no silêncio da noite, Guilherme de Azevedo ia forjando, n’**A Alma Nova**, um novo credo para os tempos de iminente modernidade; Guilherme Braga embarcava nas melodias silentes de **Heras e Violetas**, João de Deus

consentia na publicação das suas celestiais *Flores do Campo* e Guerra Junqueiro tacteava no *Filho da Orgia* os acordes imperecíveis da bem próxima *Morte de D. João*; por seu turno, Ramalho Ortigão entretinha-se, nas *Farpas*, cujo êxito se adivinhava sem reveses, a vergastar a estagnação letal da sociedade alfacinha, enquanto Gomes Leal balbuciava as notas da sua lira inconfundível, revolucionária e lírica, a ser consagrada com estro divino nas *Claridades do Sul*; por fim, Manuel Duarte de Almeida deixava entrever nas *Elegias de um doido* a beleza rara de “Aromatografia”, Luciano Cordeiro dava os primeiros passos no horizonte crítico nacional, Teófilo Braga, afamado pela *Visão dos Tempos*, preparava a *História da Literatura Portuguesa* e o Eça de Queirós das *Prosas Bárbaras* ideava a figura donjuanesca de um grão-senhor turibulário da cultura – Fradique Mendes ⁵¹.

É neste contexto que *A Folha* irrompe – fundada por um João Penha adepto do amor à vida (secundado por um ligeiro desprezo relativo à filosofia) e sequaz do respeito pela forma clássica e mestria extrema do verso – e vai fazendo, de 1868 a 1873 (cinco séries), mais ou menos regularmente, a sua aparição na *Lusa Atenas*. Tradicional e erroneamente aparentada com *Le Parnasse Contemporain*, tornou-se lugar-comum não só designar esta geração por parnasiana, como também o ‘elenco’ dos seus colaboradores por segunda geração de Coimbra. Salvo algumas excepções, o que percorre integralmente este “macrocosmo literário” é a profunda veneração nutrida pelos líricos românticos, franceses na sua maioria (Hugo, Musset, Lamartine), e a indiferença total votada a Leconte de Lisle, bem como a outros cultores da “arte pela arte”. Logo no “Preâmbulo” do 1.º número, João Penha alardeia o seu eclectismo ao apoiar, sob o pretexto de que “o belo é sempre belo, revista que formas revestir”, as duas ‘escolas’ existentes em Portugal: “a dos metrificadores do ai, ou a de Lisboa; e a dos sacerdotes da ideia vaga, ou a de Coimbra.” ⁵² Por outras palavras, a poesia individual e social, o romantismo e o realismo, a Forma e a Ideia vêm desaguar serenamente n’*A Folha*, “d’oiaia” para os primeiros e “do livro das coisas, onde revelem o verbo do absoluto” para os segundos ⁵³. E a tal ponto o poeta bracarense leva a peito a sua promessa de eclectismo, verdadeiro ‘ponto final’ da famigerada **Questão Coimbrã**, que dela não deixa de dar provas a toda a hora e momento, em qualquer página e linha. Assim, ao inserir dois fragmentos da tradução do *Fausto* de Goethe por Antero ⁵⁴, apressa-se de imediato a abrir as suas

colunas à tradução de Castilho ⁵⁵, publicando, desta feita, duas versões da cena de Margarida na Catedral. Numa abertura de ideias altamente louvável, presta-se homenagem a Castilho ⁵⁶, dá-se à estampa Teófilo ⁵⁷, admira-se João de Deus ⁵⁸, elogiam-se Eça e Ramalho ⁵⁹, acolhe-se D. Maria Amália Vaz⁶⁰, imprimem-se Gomes Leal ⁶¹, Guilherme de Azevedo ⁶² e até mesmo o “Santo Antero” dos Sonetos ⁶³. Não era, aliás, Antero de Quental um daqueles ‘Santos’ adorados noite e dia, em profunda devoção, pelo noctâmbulo redactor da *República das Letras*? Basta atentar, para o efeito, num extracto da ladainha “Aos meus Santos”: “(...) Santo Luís de Camões (...)/Filinto, cheio de graça, (...)/Santo Bocage Sadino, (...)/Garrett, um que Lysia chora, (...)/Santo António de Castilho, (...)/Santo João de Deus Ramos, (...)/Santo Antero de Quental, (...)” ⁶⁴.

Pouco importava, na verdade, a osmose de conservadorismo e ‘vanguardismo’ (com especial incidência no primeiro...) inerente ao periódico em pauta, desde que os seus colaboradores se empenhassem em preservar a língua pátria. Lusitano de corpo e alma, João Penha, a bem da língua portuguesa, não hesita em censurar a extrema permeabilidade dos homens de letras (e não só!), seus contemporâneos, à imagem exagerada de França e, conseqüentemente, à febre modal do francesismo: “(...) O que não pode tolerar-se é a substituição inútil ou grotesca de vocábulos nossos, excelentes, expressivos e claros, por outros franceses que lhes são, debaixo de todos os aspectos, inferiores. Em Lisboa, passeio é *trottoir*, como se fossem coisas diferentes; o clássico mostrador ou vidraça de amostras é *montra*; o portão de ferro ou grade é *grille*, o desenho a traços ou esboço *croquis*. Sua Majestade a Rainha a Sr.^a D. Amélia (lê-se a cada passo nos diários de Lisboa) esteve em tal parte a fazer *croquis*. Mais um pouco e transformariam a encantadora princesa em cozinheira francesa... a fazer croquetes. (...) Para este mal não encontro remédio, visto não serem permitidos, pelas nossas leis, os castigos corporais. Assim, a onda irá crescendo, tão alta que levará tudo de vencida, e tempos virão, não muito distantes, em que o infeliz que escrever com gramática e senso comum será apontado ao dedo como um mentecapto que faz rir. (...)” ⁶⁵.

Num raptó lúcido de visão, João Penha dá-se conta da utopia subjacente à “missão revolucionária da poesia”, não assimilável ou inteligível, reservada

apenas a uma elite intelectual ensimesmada na busca de um ideal abscondido. “João Penha não é grande lambão de ideais” – comentava, no seu **Cancioneiro Alegre** ⁶⁶, esse desventurado de S. Miguel de Seide que foi Camilo Castelo Branco. É que o ideal, para o jurisconsulto egrégio, não passava pela resolução de problemas sociais, de questões epistemológicas, de verdades axiológicas ou de abstracções metafísicas. O ideal, para o entendido em leis da comarca de Braga, cifrava-se numa percepção sui generis da vida: namorar o universo pelo seu lado patusco, e descrevê-lo, assim patuscado, no seu jeito indescritível.

Talvez seja pela súpula de razões que temos vindo a exarar que, a acreditarmos no testemunho de Cândido de Figueiredo, João Penha, de individualidade que era, logo se transformou em símbolo, “excêntrico como um ianque, grave como um espartano, independente como um bárbaro, escovado como um parisiense”, e em figura paradigmática da arte e carismática da boémia. De facto, sob o manto de alegria falaciosa, quase estonteante, que perpassa nos seus poemas, avulta a ironia acerba da desventura estóica, que nem se desnuda perante olhos profanos nem solicita compunções alheias. Este estoicismo surge, para além do mais, vasado em soneto de perfeita correcção, molde antigo moído pelos bocagianos, pontapeado pelos românticos e reevocado à vida pelo autor de **O canto do cisne**. Vítima desses lapsos não raro cometidos pela crítica literária, que se prontifica a generalizar e insiste na sua genérica e convencionalizada esquematização, tem-se rotulado de **parnasiana** a estética de João Penha, e apregoado, como apanágio da sua arte, certa ‘ausência’ da ideia em detrimento da forma. É, aliás, o próprio poeta que, na sequência de tal acusação dirigida aos poetas parnasianos, assevera, no “Prefácio” de **Viagem por terra ao país dos sonhos**, poder existir uma ideia amorfa, mas ser inconcebível a existência de uma forma sem ideia. Definindo **poesia** como a “revelação harmoniosa do pensamento humano” ⁶⁷ e nela reconhecendo a dicotomia ideia/forma, o advogado bracarense opina que todo e qualquer artista mais não tem do que procriar a obra de arte à sua imagem e semelhança. Se, numa etapa inicial, é suposto seleccionar a ideia entre os seus próprios pensamentos (e não entre os pensamentos dos outros...), salvaguardando, assim, os direitos da sua originalidade, numa fase segunda passará a dar-lhe forma exterior, adequada, se possível, aos objectivos delineados ⁶⁸, já que “não me parece razoável

que quando, por exemplo, o pensamento chora, o verso toque zabumba”⁶⁹. Hoc opus hic labor est – eis, nesta tortura de labor formal, o cerne da questão, abordada, mediante testemunho pessoal, em missiva com data de 18.IX.06 sobrescrita a Albino Forjaz de Sampaio: “(...) lanço-me à obra, como um bulldog se fila à orelha d’um toiro recalcitrante, e não a largo senão depois de lhe ter dado uma forma tolerável. Já se vê que essa primeira forma me não satisfaz, sendo às vezes necessário duas ou três operações sucessivas, para que, eu, severo, a julgue viável.”⁷⁰ Auto-retratando-se (como já tivemos ensejo de referir) em termos de artista quase desde a infância por temperamento e por educação⁷¹, João Penha não olvida as divergências que demarcam a sua ars das estéticas parnasiana e simbolista.

Assim é que, em artigo intitulado “Questão literária” e inserido em **Por Montes e Vales**, João Penha define a sua estética como sendo independente quer do parnasianismo quer do simbolismo, e, como é óbvio, insusceptível de se (con)fundir com esses dois – **ismos** em voga. “(...) É neste sentido que eu respeito estes estimáveis colegas da simbólica, sem contudo os seguir em coisa alguma, do mesmo modo que não sigo (...) os meus colegas do Parnaso. (...) A estética dos parnasianos resume-se em que toda a produção poética deve ser uma obra de arte. (...) A estética que sigo é realmente aquela, mas com modificações que, se me não engano, são minhas próprias, (...)”⁷². Com efeito, nem a impassibilidade nem a objectividade, dois dos dogmas tradicionais da escola parnasiana, se encontram presentes na poética do autor de **Tancredo**, esse “pagão”, como tão sagazmente lhe chamou Guilherme de Azevedo⁷³. Na perspectiva de Costa Pimpão, os contemporâneos confundiram o pudor da confiança, característico do pseudo-parnasianismo português, com a sacrossanta impassibilidade, atributo específico da estética genuinamente parnasiana⁷⁴. Quanto à objectividade ou ao descritivismo, João Penha testemunha ser este “mais próprio da prosa que do verso”, afirmando haver “poemas inteiros, de poetas de renome, em que não há uma única descrição”⁷⁵. Interessante será realçar, neste contexto, a importância atribuída pelo autor à identificação entre forma, ritmo e sonoridade musical. Considerando indissociáveis poesia e música, o poeta bracarense vislumbra apenas, entre as duas artes, uma diferença: na música, a melodia está no canto e a harmonia no acompanhamento musical; na poesia, a melodia está no pensamento e a harmonia no verso. Quanto ao ritmo,

compasso do verso, ele consiste em ondulações parciais, fixadas regularmente pela vibração de uma nota mais acentuada, a partir da qual se inicia um novo movimento vibratório ⁷⁶.

Nem parnasiano nem simbolista, João Penha também não se assumiu como um romântico propriamente dito, embora confesse que, nado em pleno romantismo ⁷⁷, todas as suas inclinações propenderam, durante algum tempo, para os escritores áureos de então, símbolos da sua infância, sombras de uma recordação ou saudade longínquas. Sempre pronto a descer à liça, de arma em riste, o autor das *Rimas* verbera o lirismo gratuito e extravasante dos românticos, a sua impudência confrangedora, o seu lesto confessionalismo e o seu intimismo chorão, vistos como 'atentados' à Arte. É o caso do soneto intitulado "No leque do poeta X": "Diz-me, ó vate, o que pedes/Sempre em gemidos, se cantas!/(...) Tu o mundo inteiro espantas,/Com as lamúrias que expedes/(...)" ⁷⁸. Nesta ordem de ideias, assistimos ao jocoso desfile de todos os estereótipos românticos relativos à mulher e ao amor, parodiados por um sujeito poético que, mau grado a paródia, não deixa de lhes render vassalagem. Beatriz do poeta abstruso, Eleonora das canções do Tasso, Natércia gentil do cantor lusitano, nunca a diva se viu tão ironicamente entronizada em frágil pedestal de lama: de corpo enlanguescido, pomos palpitanes e opulento cabelo metaforizado em mar undoso, ela tanto é a flor enamorada entre as boninas ou a Vénus escultural das águas surgida, como a megera Circe ou pérfida Messalina da raça dos Bórgias. Quanto aos romances desditosos, fingidos amores e lágrimas de crocodilo choradas pelos Romeus e Julietas (não das baladas antigas, mas dos tempos modernos...), eles são indubitavelmente preteridos pela charcutaria e vinicultura, símbolos da queda de ilusões, da vitória do real sobre o espiritual, da derrota do sonho infável face ao prosaico comezinho.

É deste modo que a mulher, portuguesa ou espanhola, mas mais espanhola do que portuguesa, branca ou morena, grácil ou cruel, passa a ser uma das muitas realidades do seu cosmorama, em tudo semelhante ao divino néctar de Baco ou à "musa salsicheira", no dizer humorístico de Guilherme de Azevedo ⁷⁹. Mulher, paio ou presunto e vinho – seja ele a mais sórdida zurrapa ou o mais arrebatante Chianti, venha ele de Oporto ou de Chipre – são, para o fundador d'*A Folha*, bálsamos alienatórios de uma vil realidade, que,

tornados por instantes realidades virtuais, suportam um ideal de sonho impossível ou uma inimaginável estada no Eldorado da ventura.

De facto, podemos considerar João Penha um neoclássico, e, como afirmou Óscar Lopes, o último abencerragem português das musas arcádicas do século XVIII, em especial de Filinto Elísio⁸⁰. A comprovar esta inserção periodológica vem o soneto “Sonho e Realidade”, forma fixa que revela magistralmente, mercê da antinomia inerente ao título, o leitmotiv obsidiante da sua obra: “Sou bacharel e de raça/Jurisconsulto distinto,/E, como vate, o Filinto/Na Arcádia meu nome traça.(...)”⁸¹. De igual modo, o soneto “Ad agros” revela a leitura denodada (através de uma citação) que o esteta bracarense havia feito da monumental obra de Filinto Elísio (pseudónimo arcádico do Padre Francisco Manuel do Nascimento): “(...) Vou-me partir sem ti (como eu o sinto)/’Ao som da campesina cornamusa’,/Como dizia outr’ora o bom Filinto./”⁸² E que dizer da nota (I) relativa aos sonetos “A conquista de Paris” e “Os Obuzes”? “(...) Filinto Elísio assistiu em Paris a todo o drama da Revolução Francesa, desde o juramento do Jogo de Bola, até à execução, na guilhotina, de Robespierre, o Incorruptível, e de Saint-Just, o carníface estóico; assistiu a todos os episódios do Directório e do Consulado; presenciou toda a epopeia napoleónica, desde o 18 Brumário até à queda do Homem dos Destinos, e contudo, na sua vasta obra não se encontra a menor referência a qualquer dos acontecimentos, capitais ou secundários, dessa tragédia, que libertou para sempre a humanidade dos antigos e odiosos jugos que há dois mil anos a oprimiam. (...)”⁸³. Nesta ordem de ideias, apontemos, desde já (embora de modo incipiente), algumas das ‘filínticas’ susceptíveis de terem avigorado a inconfundível estética de João Penha. Em primeiro lugar, este membro do “Grupo da Ribeira das Naus”, seguia, na quietação da vida eclesiástica e longe da pátria amada Lísia, a preceptiva horaciana, vazada em extenso receituário clássico, o exemplo de Correia Garção e, de modo genérico, o formalismo arcádico, responsável pelo zelo purista do idioma e pelo desprezo desenfreado relativamente aos “francelhos”.

“(...) Nós prezamos tão pouco a nossa língua,
Que tão somente as outras aprendemos, (...)
e a ser-nos dado
Na Francesa escrevêramos, faláramos (...)”⁸⁴.

“(…) Ouvei francelhos em Portugal e li os livros em que eles bastardeavam a língua portuguesa, enxertando pepinos de S. Gregório em melões de Benavente, (...)”⁸⁵.

“(…) Que direi da nova moda que, ao que me dizem, vai grassando de falarem em francês os portugueses nas suas assembleias? (...) Esses, que tal francês gaguejam, falassem eles mouro ou tapuia, bem estou certo que o que eles dizem não merece ser escrito ou lembrado. (...)”⁸⁶.

A par de uma cismadora melancolia patente nos trenos doridos que atravessam, por exemplo, a ode que, todos os anos, Filinto escreve para comemorar o seu aniversário natalício (ver, por exemplo, “Ode – Em 23 de Dezembro de 1760, dia dos meus anos”)⁸⁷, a palavra deste árcade (tão injustamente esquecido quanto o seu discípulo João Penha) é uma flecha ou dardo a infundir uma lição de vernaculismo, vergastando, por conseguinte, os francesismos desvirtuadores da língua-mãe.

“Quando é que eu hei-de ver esse Javardo
Gerigôto falar língua de gente?
Sempre Cafre nos crava à mão-tenente
Um mistifório de ingrیمانço pardo. (...)”⁸⁸.

Em segundo e último lugar, não raro perpassa nos sonetos do Padre Francisco Manuel do Nascimento, sobretudo no último terceto, um humor bem típico no que diz respeito ao desenlace, algo brusco ou inopinado, de uma situação em volteface:

“(…) Chega ao leito, as cortinas pronto aparta;
E B..., que saudoso está morrendo.
Se ergue em pé, rijo e são, com ler a Carta.”⁸⁹

A única diferença considerável entre os dois poetas, separados por um século de distância (é curioso assinalar que Filinto Elísio morre em 25 de Fevereiro de 1819 e João Penha morre em 3 de Fevereiro de 1919), reside no facto de o árcade exilado em Paris ter redigido sùmula considerável de notas autobiográficas, ao invés do poeta-jurisconsulto, avesso à confissão de provações, à confidência de desaires amorosos e ao desnudamento de lamúrias.

No entanto, e para não marginalizar por completo o biografismo, assinala-se que Gonçalves Crespo⁹⁰ testemunha a vivência, no “Vinho e Fel” das *Rimas*, de uma coita de amor, magoadamente vivida e avessamente transposta (daí o humor, o espírito, a graça, a ironia...) para o universo poético. Só que o seu tratamento derrisório, distanciando-se, a passos de gigante, de um nome ternamente pronunciado ou de um sentimento intensamente vivido, parece não ficar nada a dever a uma forma de encarar a vida, epicurista por excelência, obedecendo ao lema *carpe diem*. Certos versos do poema “Epicurismo” atestam admiravelmente a asserção anterior: “(...) Que o prazer está somente/No bom vinho e na mulher./(...)”⁹¹. Apregoando aos quatro ventos que “não há dor que resista a um vinho ardente,/Nem ao fácil amor de uma espanhola”⁹², João Penha vai criar uma escola moderna, baseada na estética da diferença, cuja originalidade advém não só da mágica transformação dos factos mais triviais da existência, mas também da sua respectiva inserção na irrealidade do texto poético. “Respeita-me a lira e a posse/Destes assuntos vulgares” – escreve o autor no soneto “A um Renegado”⁹³. Assim é que, folheando a sua obra, tropeçamos numa aparente proliferação bizarra não só de paíes e presuntos, mas também de bifes, dores de cabeça e jumentos, em geral dependurados, a opulentar o verso, da chave de ouro dos seus sonetos: “Ninguém vive sem amor,/Neste mundo sub-lunar./Cada pomba tem seu par,/Cada zagala um pastor./(...) Até os próprios jumentos/Têem, como nós os poetas,/Burras dos seus pensamentos.”⁹⁴ Foi esta profusão de ‘ingredientes’ do quotidiano que levou Eça de Queirós a cometer a grave imprudência, perante um ‘novato’ como o era António Nobre, de se referir nos seguintes termos desdenhosos à magia do verbo do poeta de Braga: “(...) Falou-me do Penha como vais ver: *Nos meus tempos havia lá um rapaz Penha. E que é feito dele? Conheceu-o? Creio que está em Braga, burguês e rico...* (...) Falámos do seu livro. *Impossível: aquilo não era poesia, era o reclame do presunto de Lamego. Eu nem o li...Felizmente* – terminou ele. (...)”⁹⁵.

Não obstante o culto de profundo respeito sentido pelo inigualável legado queirosiano, tal asserção (a não ter sido deformada por Anto, poeta do *Só*, em carta a Alberto de Oliveira), não deixa de suscitar algumas considerações:

- 1 Eça de Queirós dá à estampa *Os Maias* em 1888, enquanto João Penha publica as *Rimas* em 1883 (de lembrar que a edição ne varietur data de 1906).
- 2 João Penha nunca glosou o presunto de Lamego, mas o presunto de Melgaço e o presunto do Alentejo, respectivamente nos poemas XXI e XXVIII de “Vinho e Fel”⁹⁶. De Lamego veio, não o presunto, mas o paio, que surge na ribalta do poema IV, inserido na mesma antologia⁹⁷.
- 3 Tão bem se ‘come’ em Eça (como, aliás, em Flaubert...), que a sua obra valeu um *Dicionário Gastronómico*⁹⁸ – e poucos são os estetas que se podem gabar do facto!
- 4 Ora, não será Eça, pela via de Carlos da Maia, o encomiasta do paio e o panegirista das ervilhas como seu acompanhamento ideal? Atente-se, pois, no final de *Os Maias*: “(...)E ambos retardaram o passo, descendo para a Rampa dos Santos, como se aquele fosse em verdade o caminho da vida, onde eles, certos de só encontrarem ao fim desilusão e poeira, não devessem jamais avançar com lentidão e desdém. De repente, Carlos teve um largo gesto de contrariedade: – Que ferro! E eu que vinha desde Paris com este apetite! Esqueci-me de mandar fazer hoje, para o jantar, um grande prato de paio com ervilhas. (...) Os dois amigos lançaram o passo, largamente. E Carlos (...)jia dizendo na aragem fina e fria que lhes cortava a face: – Que raiva ter esquecido o paiozinho! Enfim, acabou-se. (...)”⁹⁹.
- 5 Este “paiozinho”, que aparece no explicit da obra-prima de Eça, não constituirá eventual reminiscência daqueloutro que, subreptício, se introduz, em remate brusco, no último terceto, de teor irónico, travo amargo e ferina surpresa, dos sonetos de João Penha? E não residirá nesta intrusão a verdadeira originalidade e indubitável grandeza do causídico bracarense? Que o ouvinte-leitor se quede no poema “Desesperança”: “(...) Agora, como sombra, vivo e sou!/Nem este lábio sorrirá jamais,/Que tudo vejo escuro e à campa vou.// Só te peço que em paga de meus ais, /Em memória daquele que te amou,/Comas, quando eu morrer, um paio a mais.//”¹⁰⁰ Longe de se revelar antipoético,

o mencionado “paiozinho” ergue, altivo, o estandarte do romantismo da desilusão ou decepção, poetizando o desengano de uma vida de enganos, revisitados, com desprezo e irrisão, por um artista que ludibria as lágrimas através do riso.

- 6 – É nesta via crucial que Queirós e Penha confluem, advindo, quiçá, desta convergência a natural dissidência, a óbvia ruptura, o repúdio lógico...

O que Eça de Queirós não poderia, decerto, adivinhar é que o ilustre advogado do Campo da Vinha, o insigne poeta da Academia de Ciências de Lisboa, D. João ou Tenório para os íntimos, havia igualmente escrito poemas de amor, ainda hoje inéditos, assinalados, na sua letra desbotada, com a menção “Particular”. “Duplo madrigal”, não dado ao prelo, é um exemplo entre os demais: “Se olhos tivessem as rosas,/As obras-primas de Deus,/Em vão seriam formosas,/Sem uns olhos como os teus.”¹⁰¹

Só quando lhe bateu à porta a “Coxa Decadência” é que este neo-horaciano deixou de sonhar para se quedar nos ***Ecos do Passado***: “(...) Contra a tristeza/Tenho as recordações, o verso e a mesa,/Tenho do amor a perfumada essência.”¹⁰² Reagiu, então, contra a velhice, pedindo às artes, de sobremaneira à poesia, ajuda transitória: “Vou vendo como o tempo me transmuda/Em merencório choro o rir e o canto,/Mas hei-de reagir. Ao longe o pranto!/Para longe a velhice carrancuda!/ (...) Chamem-me assassino, ou pior, ladrão,/Mas não me chamem, pelo amor de Deus,/Decano, respeitável ancião./”¹⁰³ Continuou a escrever sonetos, ocultando, sob a veia lúdica, a sua concepção trágica da existência, a sua percepção céptica do homem, a sua resignação face a um fatum inexorável. Até os títulos das suas últimas obras (apesar de as firmarem como derradeiras...) parecem querer reenviar, numa circularidade algo evidente (***Últimas Rimas, Ecos do Passado, O canto do cisne...***), ao ‘Verbo’ do ‘Princípio’. Depois, morreu, convicto de que, após esta, haveria outra existência, pois “todo o homem tem de viver tantas existências quantas sejam necessárias para que expie, pela dor, as falhas e pecados das existências anteriores.”¹⁰⁴ Foi a enterrar, nessa terça-feira de tarde, chuvosa e triste, (4) de Fevereiro de 1919, longe porventura, tal como o cabrito cuja sorte lamentou¹⁰⁵, “dos pátrios currais”.

Se mais razões não houvesse para que o poeta-advogado bracarense começasse a ser relido e revisitado, bastariam as que, de seguida, passamos a explicar:

- a quantidade e qualidade das obras publicadas, que contraditam indubitavelmente uma reputação conquistada com base apenas na sua figura carismática de boémio coimbrão;
- a independência do seu espírito, avesso a partidarismos estéticos e a sujeições quer a programas ou manifestos, quer a escolas ou movimentos;
- a perfeição formal do seu soneto, no qual se entrecruzam cómico e trágico, no qual sublime e prosaico não deixam de convergir em feliz harmonia;
- a originalidade da sua temática, que tanto rende preto a motivos convencionais, como parodia estereótipos gratuitos e clichés anquilosados.

Se Braga se esqueceu, no antigamente, do Dr. João Penha... ainda vai a tempo, no tempo de hoje, de homenagear um grande poeta e um artista nato...

Seguindo uma taxinomia altamente incipiente, quiçá carecendo de sólida fundamentação, poder-se-á classificar, numa etapa inicial, os artistas em três categorias: a primeira englobando os poetas (neste caso específico...) que, conhecedores desse mito que é a notoriedade, dela desfrutaram num pós-morte de glória; a segunda abarcando os vates que, tendo passado ignotos ao longo da vida, foram em termos definitivos exumados para a imortalidade; a terceira agrupando os bardos que, venerados recorrentemente durante o seu percurso vivencial, cedo foram olvidados e logo inseridos no 'arquivo morto', fonte inesgotável de volúpias reiteradas para bibliófilos inveterados. Prosseguindo nesta catalogação primária, e transitando para uma fase segunda, poetas há que consagraram a sua existência a coligir narcisicamente (memórias, jornais íntimos, confissões...), de modo intermitente ou linear, farrapos biográficos destinados a perdurar, como testemunho vivo e redivivo, nas gerações vindouras, convencionalmente designadas por posteridade; outros houve, em contrapartida, que de tal modo se empenharam em delir quaisquer résteas autobiográficas que a sua biografia sumária apenas se torna perceptível através da sua necrologia. É este, sem dúvida alguma, o caso do Dr. João Penha, que, muito lucidamente, escrevia a Albino Forjaz de Sampaio, com data de 18-V-1916, as seguintes

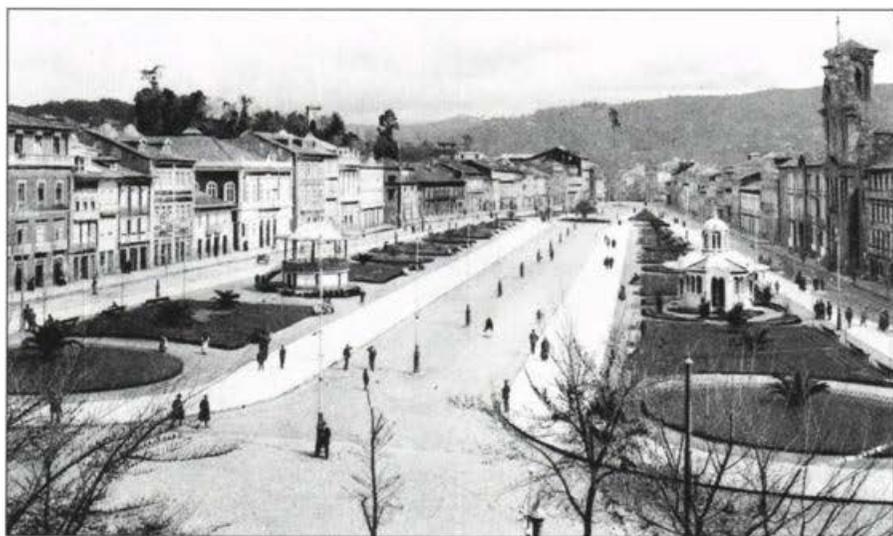
palavras: "raros são os escritores, cujas obras lhes sobrevivem, e raríssimos os que podem contar com uma posteridade, não de séculos, mas de alguns meses apenas. Trabalhamos, pois, não com intuits de ganhos, e muito menos de glorificações mas porque uma força estranha que em nós existe a isso nos impele imperiosamente. Produzimos como uma pereira dá pêras. Pergunte-se-lhe por que as dá: responderá: 'não sei'." E quando o poeta-jurisconsulto bracarense, a fim de se auto-referenciar, empregou a expressão "o meu obscuro nome", parece ter então adivinhado, como a actualidade deixa prever, e talvez o amanhã e o devir corroborem em pleno, o esquecimento a que seria sem tréguas votado. Tão clarividente que era o Dr. João Penha!



João Penha, c. 1905.



Braga – Praça da República (1916).



Braga – Avenida Central (1916).

Notas e referências bibliográficas

¹ Cf. artigo, sem título, de Cristóvão Aires in *Homenagem da Crónica ao insigne poeta João Penha*, Abril de 1902, N.ºs 63 e 64, p. 12. Actualizámos a ortografia.

² Cf. *Ecos do Minho*, Ano IX, N.º 1.081, de 4 de Fevereiro de 1919.

³ *Idem*.

⁴ Cf. *Comércio do Minho*, Ano 47.º, N.º 6768, de 6 de Fevereiro de 1919.

⁵ Cf. *Ecos do Minho*, N.º 1.802, de 5 de Fevereiro de 1919.

⁶ Cf. *Diário de Notícias*, Ano 53, N.º 19.115.

⁷ Cf. *A Opinião* (Número de 9 de Fevereiro de 1919).

⁸ Cf. *A Opinião* (Número de 16 de Fevereiro de 1919).

⁹ Cf. *Ecos do Minho*, N.º 1.801.

¹⁰ Cf. *Ecos do Minho*, N.º 1.802.

¹¹ Cf. *Comércio do Minho* (Número de 6 de Fevereiro de 1919).

¹² Por não existirem, na Biblioteca Pública de Braga, os números solicitados, não foi possível consultar *A Cidade, A Paz, O Liberal, Correio do Minho* e *Notícias do Norte* referentes à data supracitada. Por se encontrarem em mau estado e haverem sido, conseqüentemente, "retirados da leitura", não foi possível consultar, na Biblioteca Pública do Porto, o *Diário de Notícias, O Século, O Primeiro de Janeiro, o Jornal de Notícias* e *O Comércio do Porto* com a data anteriormente mencionada.

¹³ *Vide*, no Arquivo Distrital de Braga, a correspondência inédita entre Antero de Figueiredo e João Penha.

¹⁴ Cf. artigo de Cândido de Figueiredo intitulado "João Penha" e publicado in *A Crónica*, p. 4.

¹⁵ Carta inédita de Antero de Figueiredo a João Penha datada de 15 de Fevereiro de 1897 (Arquivo Distrital de Braga).

¹⁶ Carta inédita de Antero de Figueiredo a João Penha datada de 22 de Junho de 1897 (A.D.B.).

¹⁷ Carta inédita de Antero de Figueiredo a João Penha datada de 23 de Setembro de 1897 (A.D.B.).

¹⁸ Carta inédita de Antero de Figueiredo a João Penha datada de 22 de Julho de 1898 (A.D.B.).

¹⁹ Carta inédita de Antero de Figueiredo a João Penha datada de 26 de Outubro de 1898 (A.D.B.).

²⁰ Carta inédita de Antero de Figueiredo a João Penha datada de 21 de Junho de 1897 (A.D.B.).

²¹ Carta inédita de Joaquim de Araújo a João Penha datada de 31 de Janeiro de 1904 (A.D.B.).

²² Carta inédita de Joaquim de Araújo a João Penha (A.D.B.).

²³ Carta inédita de Antero de Figueiredo a João Penha datada de Fevereiro de 1897 (A.D.B.).

²⁴ Carta inédita de Teixeira de Queirós a João Penha (A.D.B.). A este respeito, não resistimos à tentação de citar na íntegra a "Nota IV" relativa à Segunda Parte, intitulada "Prosas-Escavações Literárias", de *O canto do cisne*. Paris-Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1923, pp. 183-184: "Talvez cause surpresa esta designação: Da Academia Real de Ciências, que se lê debaixo do meu obscuro nome, no frontispício deste livro, quando, no meu anterior: *Ecos do passado*, me designei simplesmente: Da Academia de Ciências, de Lisboa; e isto carece de explicação, visto não ter o país retrocedido ao regímen monárquico anterior. É que reflecti, que aquela designação, embora imperfeita, era melhor do que esta. Imperfeitas ambas, porque a nossa Academia não é unicamente de ciências; mas também e principalmente de letras; e a primeira melhor que a segunda, porque, tendo sido fundada por um rei, por D. José, o qualificativo de 'real' bem próprio lhe é; nem a república, que Deus guarde, suprimindo-o, lhe suprimiu aquela origem. A designação de 'Academia de Ciências de Lisboa', essa é que não deve subsistir, porque o não é unicamente daquela cidade, mas de todo o país: melhor seria: Academia Portuguesa, à semelhança do que se usa em todas as outras nações. É por estas razões que voltei à designação passada, e não só por elas, mas também porque o meu diploma vem ainda firmado por: 'D. Manuel, Rei de Portugal', o qual aí benigna e democraticamente me trata por tu, *pro more*."

²⁵ Cartão inédito de Camilo Castelo Branco datado de – S. Miguel de Seide – 1.05.83 (A.D.B.).

²⁶ Carta inédita de Júlio Dantas a João Penha (A.D.B.). O exemplar da *Viagem por terra ao país dos sonhos* (Porto, Livraria Chardron, 1898) oferecido por João Penha a Júlio Dantas tem a seguinte dedicatória: "A Júlio Dantas of. o autor."

²⁷ Carta inédita de Alberto Pimentel a João Penha datada de 25.7 (?).1914 (A.D.B.).

²⁸ Carta inédita de Antero de Figueiredo a João Penha datada de 7 de Novembro de 1897 (A.D.B.).

²⁹ Carta inédita de Joaquim de Araújo – "seu amigo e discípulo" – a João Penha, s/d (A.D.B.).

³⁰ Carta inédita de João Penha a Alberto de Madureira, s/d (A.D.B.).

³¹ Carta inédita de João Penha a Alberto de Madureira, s/d (A.D.B.).

³² Carta inédita de João Penha a Alberto de Madureira, s/d (A.D.B.).

³³ Cf. PENHA, João, "Século Dezanove" in *Últimas Rimas*. Porto, Edição da Renascença Portuguesa, 1919, p. 13.

³⁴ Cf. PENHA, João, "Sylvia" in *Por Montes e Vales*. Lisboa, Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1899, p. 76. Este conto ("forma simples", na terminologia de André Jolles – cf. *Formes simples*. Paris, Seuil, col. "Poétique", 1972 –, muito pouco cultivada por João Penha...) relata a paixão de um salgueiro pelo poeta e 'obedece', em rigor, aos seus princípios filosóficos: "(...) Nesses estudos não me guiei pelos princípios de qualquer das filosofias reconhecidas como oficiais, mas pelos de uma minha própria, princípios segundo os quais o que exactamente não existe é o Inconsciente: tudo tem consciência, inteligência e sensibilidade. (...)" (p. 75 *op.cit.*). Ver também, a este propósito, um outro conto de João Penha intitulado "Colombina" e publicado nos *Ecos do Passado*. Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1914, p. 156: "(...) O que, porém, ainda não foi discutido e estudado é se entre um animal de espécie inferior e outro de espécie superior pode existir um

sentimento que, pela sua natureza especial, como a paixão do amor, não pode, à primeira vista, existir senão entre seres da mesma espécie. Poderá, por exemplo, uma gata ter por um homem um como que amor de mulher? Pode, porque eu mesmo fui assim amado por nada menos de três. (...)”.

³⁵ Cf. carta de João Penha a Albino Forjaz de Sampaio, datada de 18.IX.06 e publicada na obra *O canto do cisne*, p. XXI.

³⁶ Cf. “A Orgia” in *Por Montes e Vales*, pp. 167, 168 e 178.

³⁷ Vide “A Ordem” (da responsabilidade da Direcção) in *A Crónica*, p. 3.

³⁸ Vide artigo de Cândido de Figueiredo intitulado “João Penha” e publicado in *A Crónica*, p. 4.

³⁹ Vide artigo do Conde de Valenças intitulado “João Penha” e publicado in *A Crónica*, p. 5.

⁴⁰ Vide testemunho de Bernardino Machado, sem título, publicado in *A Crónica*, p. 8.

⁴¹ Vide artigo de Xavier de Carvalho intitulado “A boémia em João Penha” e publicado in *A Crónica*, p. 10. A respeito da boémia de João Penha, ver extracto de carta inédita (A.D.B.) endereçada por Gonçalves Crespo ao poeta e datada de 7.06.71: “(...) Quem viste no Porto? Tiveste aventuras? (...)”; ver, igualmente, passagem de uma missiva escrita a João Penha por Guerra Junqueiro, com data de 19 de Junho: “Meu João – Estou em Freixo d’Espada à Cinta! (...) Estou bebendo à sua saúde uma bela taça (...) Se o João aqui estivesse! Que belo vinho! que esplêndidos charutos! e que tipos! que tipos pantagruélicos! Falta a Espanhola...” (A.D.B.).

⁴² Vide poema de René Ghil intitulado “A Jean Penha” e publicado in *A Crónica*, p. 10.

⁴³ Vide testemunho de Antonio Padula, sem título, publicado in *A Crónica*, p. 13.

⁴⁴ Vide artigo de Zulmira de Mello intitulado “Sylvia” e publicado in *A Crónica*, p. 14.

⁴⁵ Vide o espólio de João Penha (poemas inéditos) no Arquivo Distrital de Braga.

⁴⁶ Vide, sobre este assunto, CASTRO, Sérgio, *Homens de Letras e Flores*. Lisboa, 1926. No tocante à vida do poeta em Coimbra, convém consultar PIMENTEL, Alberto, *Poetas do Minho – I. João Penha*. Braga, 1894. Para mais bibliografia, aconselha-se vivamente a leitura da *Antologia Poética de João Penha*. Braga, Biblioteca Pública de Braga/Universidade do Minho, 1990 (ver o excelente prefácio de Francisco Duarte Mangas e a extensa bibliografia – activa e passiva – levantada exaustivamente por Henrique Barreto Nunes).

⁴⁷ Carta inédita de Gonçalves Crespo a João Penha, s/d (A.D.B.).

⁴⁸ Cf. CRESPO, Gonçalves, “João Penha” (III) in *Nocturnos*. Lisboa, Tavares Cardoso & Irmão, 1888, p. 94.

⁴⁹ Cf. PENHA, João, *Novas Rimas*. Coimbra, França-Amado Editor, 1905, “A Humanidade”, p. 221.

⁵⁰ Cf. AZEVEDO, Guilherme de, “Crónica Ocidental” in *O Ocidente* de 15 de Abril de 1878, p. 58.

⁵¹ Ver, a este propósito, LEAL, Gomes, *Claridades do Sul*. Lisboa, Empresa da História de Portugal Sociedade Editora, 2.^a edição revista e aumentada, 1901; *Obras de Guerra Junqueiro (Poesia)*. Porto, Lello & Irmão, sem data; ALMEIDA, Manuel Duarte de, *Terra*

e *Azul*. Porto, Imprensa Moderna, 1933; AZEVEDO, Guilherme de, *A Alma Nova*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923; BRAGA, Guilherme, *Heras e Violetas. Poesias*. Porto, Tipografia da Livraria Nacional, 1869; CORDEIRO, Luciano, *Livro de Crítica. Arte e Literatura Portuguesa de Hoje, 1868-1869*. Porto, Tipografia Lusitana, 1869.

⁵² Cf. *A Folha*, N.º 1, "Preâmbulo", p. 1.

⁵³ *Idem*, p. 2.

⁵⁴ Cf. *A Folha*, III, 3, 71, p. 18.

⁵⁵ Cf. *A Folha*, III, 11, 71, pp. 82-83.

⁵⁶ Cf. *A Folha*, I, 9, 68.

⁵⁷ Cf. *A Folha*, I, 4, "O cego", p. 28.

⁵⁸ Cf. *A Folha*, I, 7, 8 e 9.

⁵⁹ Cf. *A Folha*, III, 71, "O Mistério da estrada de Sintra", p. 87.

⁶⁰ Cf. *A Folha*, IV, 2, "Diário de Estela", p. 10.

⁶¹ Cf. *A Folha*, III, 7, 71, "HeliiHelii!", pp. 51-52.

⁶² Cf. *A Folha*, III, 9, 71, "A Pomba e a Sombra", p. 71.

⁶³ Cf. *A Folha*, III, 3, 70, "Tese e Antítese", p. 18.

⁶⁴ Cf. PENHA, João, *Últimas Rimas*, "Ladainha – Aos meus Santos", pp. 15-16.

⁶⁵ Cf. *Viagem por terra ao país dos sonhos*, nota 1 relativa ao poema "O último boémio", pp. 231, 232 e 233.

⁶⁶ Cf. *Obras Completas de Camilo Castelo Branco*. Porto, Lello & Irmão – Editores, 1989, Volume X, *Cançoneiro Alegre de poetas portugueses e brasileiros*, "João Penha", p. 1263. Ver, na mesma página, o seguinte comentário camiliano a respeito do poeta bracarense: "(...) De modo que deu ao soneto um *cachet* nacional, que ele nunca tivera desde a languidez petrarquista de Camões até ao rufo do zabumba e caixa dos sonetos bocagianos. (...)".

⁶⁷ Cf. "Prefácio" de João Penha à *Viagem por terra ao país dos sonhos*, *op. cit.*, p. 11.

⁶⁸ Cf. "Questão Literária" in *Por Montes e Vales*, p. 104.

⁶⁹ *Ibidem*.

⁷⁰ Carta de João Penha a Albino Forjaz de Sampaio publicada in *O canto do cisne*, p. XXII.

⁷¹ *Idem*, p. XXI.

⁷² Cf. "Questão literária" in *Por Montes e Vales*, pp. 103-104.

⁷³ Cf. AZEVEDO, Guilherme de, "Crónica Ocidental" in *O Ocidente* de 1 de Dezembro de 1878, p. 178: "(...) o perfil biográfico de João Penha, o poeta pagão de *Vinho e Fel* (...)".

⁷⁴ Cf. PIMPÃO, Álvaro Júlio da Costa, *Algumas notas sobre a estética de João Penha*. Coimbra, Faculdade de Letras, 1939, p. 18 e seguintes.

⁷⁵ Cf., in *Por Montes e Vales*, nota 1 relativa ao capítulo "Os Nefelibatas", pp. 221-222.

⁷⁶ Cf. "Prefácio" de João Penha à *Viagem por terra ao país dos sonhos*, pp. 25 e 27.

⁷⁷ Carta de João Penha a Albino Forjaz de Sampaio publicada in *O canto do cisne*, p. XXIII: "(...) Nascido em pleno romantismo, todas as minhas inclinações eram, até ainda bem pouco tempo, para os escritores dessa época luminosa: o Hugo, o Alfred de Musset, Balzac, Dumas pai, Th. Gautier, Flaubert, etc., e ainda hoje os leio, como uma recordação da infância, como uma saudade. (...)".

⁷⁸ Cf. "No leque do poeta X" in "Árias Modernas", Quarta Parte da *Viagem por terra ao país dos sonhos*, p. 185.

⁷⁹ Vide, in *Obras Completas de Camilo Castelo Branco, Cancioneiro Alegre de poetas portugueses e brasileiros*, o soneto "Um bote" (de Guilherme de Azevedo) dedicado a João Penha, p. 1041: "(...) Que não te acusarei, João, de apostasia! / Tu és sempre o cantor que pôs salsicharia, / Mas que um momento esquece a musa salsicheira! /".

⁸⁰ Cf. LOPES, Óscar, *Álbum de Família. Ensaio sobre autores portugueses do século XIX*. Lisboa, Editorial Caminho, S.A.R.L., col. "Universitária", Abril de 1984, "Oliveira Martins e as contradições da Geração de 70", p. 123.

⁸¹ Cf. "Sonho e Realidade" in "A Musa que ri", Primeira Parte de *Viagem por terra ao país dos sonhos*, p. 88.

⁸² Cf. "Ad agros", XII, in *O canto do cisne*, p. 86.

⁸³ Cf. Nota I, "A Conquista, os Obuzes", in *O canto do cisne*, p. 177.

⁸⁴ Cf. *Obras Completas de Filinto Elísio*. Paris (na oficina de A. Bobée), 1817, Tomo I, p. 36.

⁸⁵ Cf. *Filinto Elísio. Poesias* (selecção, prefácio e notas de José Pereira Tavares). Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1941, p. XXVII.

⁸⁶ *Idem*, pp. XXVIII-XXIX.

⁸⁷ Cf., in *Obras Completas de Filinto Elísio*, Tomo I, p. 297 e seguintes.

⁸⁸ *Idem*, p. 425.

⁸⁹ *Idem*, p. 313.

⁹⁰ Vide, in *Nocturnos*, o primeiro terceto do soneto dedicado a João Penha, p. 95: "(...) No Vinho e Feltraçaste o escuro drama / Em que soluça e ri, na extensa gama, / Teu desganhado amor, doido e fatal... / (...)".

⁹¹ Cf. "Epicurismo" in "A Musa que ri", Primeira Parte de *Viagem por terra ao país dos sonhos*, p. 49.

⁹² Cf. PENHA, João, *Rimas*. Braga, Cruz & C.ª Editores, 1906, Edição *ne varietur*, "Vinho e Fel", XIV, p. 34.

⁹³ Cf. *Rimas*, "Lira de Pangloss", I – "A um renegado", p. 148.

⁹⁴ Cf. "O eterno feminino", X, in *O canto do cisne*, p. 84.

⁹⁵ Vide carta endereçada, de Paris, por António Nobre a Alberto de Oliveira, datada de 25.11.1890 e inserida na *Correspondência* (de António Nobre). Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, col. "Biblioteca de Autores Portugueses", Junho de 1982, p. 129.

⁹⁶ Cf. *Rimas*, "Vinho e Fel", sonetos XXI e XXVIII, pp. 48 e 62.

⁹⁷ Cf. *Rimas*, "Vinho e Fel", soneto IV, p. 14.

⁹⁸ Vide ALVES, Dário Moreira de Castro, *Era Tormes e amanhecia. Dicionário gastronómico cultural de Eça de Queirós*. Lisboa, Edição "Livros do Brasil", 1992, 2 Volumes.

⁹⁹ Cf. QUEIRÓS, Eça de, *Os Maias. Episódios da vida romântica*. Porto, Livraria Lello, Limitada – editora (Proprietária da Livraria Chardron), 1935, Volume II, pp. 485-486.

¹⁰⁰ Cf. "Desesperança" in *Vlagem por terra ao país dos sonhos*, pp. 51-52.

¹⁰¹ Consultar o espólio de poeta no Arquivo Distrital de Braga.

¹⁰² Cf. "Impenitente" in *Ecos do Passado*, p. 147. Ver, na mesma antologia, a quadra "A Vida", p. 77: "Neste triste vale escuro,/Tudo é sonhar e mais nada:/Na mocidade o futuro:/ Depois, a vida passada.//".

¹⁰³ Cf. "Árceo!", XIII, in *O canto do cisne*, p. 87.

¹⁰⁴ Vide, in *Ecos do Passado*, "Colombina", p. 156.

¹⁰⁵ Cf. "O cabrito" in *O canto do cisne*, p. 71.